Angola como potência regional emergente. Análise dos factores estratégicos

Angola as an emerging regional power. Analysis of strategic factors

Aida Pegado

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/mulemba/269>

DOI: 10.4000/mulemba.269

ISSN: 2520-0305

Editora

Edições Pedagogo

Edição impressa

Data de publicação: 1 novembro 2014

Paginação: 173-201

ISSN: 2182-6471

Referência eletrónica

Aida Pegado, «Angola como potência regional emergente. Análise dos factores estratégicos», *Mulemba* [Online], 4 (8) | 2014, posto online no dia 22 novembro 2016, consultado o 26 janeiro 2021.

URL: <http://journals.openedition.org/mulemba/269> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/mulemba.269>

Este documento foi criado de forma automática no dia 26 janeiro 2021.

Tous droits réservés

Angola como potência regional emergente. Análise dos factores estratégicos

Angola as an emerging regional power. Analysis of strategic factors

Aida Pegado

NOTA DO EDITOR

Artigo solicitado a Autora

Recepção do manuscrito: 10/11/2014

Conclusão da revisão: 15/12/2014

Aceite para publicação: 30/12/2014

NOTA DO AUTOR

O texto deste artigo constitui uma síntese que resulta da minha tese de doutoramento em estudos africanos interdisciplinares, na especialidade de Política e Relações Internacionais, orientada pelo Doutor Pedro Borges Graça, Professor Associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa e foi defendida no dia 26 de Março de 2014. O mesmo foi elaborado por convite do Director e do Editor desta revista, para os quais expresso a minha maior gratidão.

Introdução

- ¹ A escolha do tema da minha tese de doutoramento resultou do facto de, na última década, vinha sendo aventado no seio de determinados actores do sistema internacional, que Angola é uma potência regional emergente (PACHECO 2010:

294-295). A tese visa compreender as razões que concorriam para esse discurso, num período em que o país acabava de sair de uma prolongada guerra civil e que se encontrava em fase de reconstrução.

- 2 A tese começa assim por contextualizar o tema nas relações internacionais e a seleccionar os indicadores que, enquanto factores estratégicos, servem para avaliar até que ponto um país é mais poderoso do que os restantes que se encontram na sua região ou a nível global.
- 3 Efectua uma incursão pelas obras relativas ao assunto, na busca de argumentos que enfatizem, contrariem ou que se distanciem do pressuposto inicial. As referências bibliográficas no fim deste artigo remetem para factos e conjunturas do passado recente ou do futuro próximo, em diferentes momentos da narrativa. A abordagem dos acontecimentos não é cronológica.
- 4 Do ponto de vista da sua estrutura, a tese compreende seis capítulos divididos em duas partes. A *primeira* trata de um conjunto de questões de ordem metodológica e teórica. A *segunda* remete para o estudo de caso. No Capítulo I são analisadas as questões relativas à construção do objecto de investigação; às técnicas metodológicas e às questões operacionais que orientam a pesquisa. O Capítulo II centra-se no enquadramento conceptual e nas teorias. O Capítulo III faz uma incursão na história recente da África Austral para melhor compreensão da posição de Angola. No Capítulo IV analisam-se os acontecimentos subjacentes ao tema que nos levam a um maior entendimento da trajectória da *história do presente* de Angola, dos principais actores políticos e as suas estratégias de configuração no campo político. O Capítulo V analisa cada um dos factores estratégicos. O Capítulo VI observa a capacidade de influência externa, aspectos que ajudarão a explicar a posição de Angola, SADC¹ e global.
- 5 Por fim, usa-se como ferramenta uma adaptação da análise SWOT,² que permitiu relacionar as conclusões a que se chegou sobre os factores estratégicos. À guisa de conclusão transcreve-se a resposta que nos foi dada pessoalmente, em 2011, durante o trabalho de campo, pelo presidente angolano José Eduardo dos Santos, à nossa pergunta se Angola era ou não uma potência regional emergente.

Problemática, objecto de investigação e metodologia

- 6 A problemática é construída em torno do crescimento de Angola, que após 27 anos de guerra civil, com períodos de desanuviamiento (1991-1992, Bicesse), a paz em 2002 trouxe um período de estabilidade política, reforçada em 2008 com a realização de eleições que culminaram um processo de transição constitucional pendente desde 1991. Ao mesmo tempo, verificaram-se dinâmicas internas de crescimento que deu lugar a um debate contraditório sobre o facto de Angola ser ou não uma potência regional emergente. Esta controvérsia ganhou especial interesse quando, em 2008, começaram a surgir os primeiros sinais de instabilidade económica e financeira na Europa, desencadeados pelo *subprime* nos Estados Unidos da América (EUA). Perante este cenário, Angola, enquanto país produtor de petróleo, passou a ser vista por actores externos como uma das alternativas para enfrentar a crise (AMARAL 2009: 226).
- 7 A partir de então, surgem diferentes correntes constituídas por políticos, agentes económicos e investigadores científicos, cujo discurso se estrutura em torno de Angola como potência regional emergente (MEIRELES 2005). Da revisão crítica que fizemos da

bibliografia sobre o estado do conhecimento acerca do assunto em análise, percebemos as seguintes perspectivas: Autores que sustentam os seus argumentos em indicadores económicos com base nos recursos naturais, em especial o petróleo (OLIVEIRA 2007: 33); outros referem as acções militares, e ainda, a geopolítica de Angola na região Austral e Central de África (Durão Barroso *apud* PACHECO 2010). Opiniões contrárias, põem em causa os argumentos defendidos pelos seus pares, questionam a gestão dos recursos naturais, aspectos políticos, económicos e sociais (COLLIER 2006; MUNSLOW 1999: 551-568; MACMILLAN 2005: 155-169). Um terceiro grupo de autores considera que o país líder da região é a África do Sul, para além de outros estados igualmente ricos em recursos como a Namíbia, Botswana, Zimbabwe e a República Democrática do Congo, que poderão não reconhecer tão facilmente uma liderança por parte de Angola (CAMPOS 1996: 25-39; FLEMES 2007).

- 8 Em todas estas abordagens não percebemos uma posição declarada, nem um pensamento estratégico capaz de concretizar uma hegemonia na região, por parte dos detentores do poder político em Angola. Consideramos que os indicadores que os autores ponderam nas suas análises são insuficientes para avaliar a capacidade de uma nação no contexto das relações internacionais.
- 9 Posto isto, assumimos que estamos perante uma lacuna do conhecimento que é preciso preencher, uma vez que as abordagens existentes contemplam nas suas análises apenas alguns indicadores e não o conjunto de factores que consideramos estratégicos, que devem estar na base da avaliação de um tema desta natureza nomeadamente: a geografia física, os recursos naturais, a população, a capacidade alimentar, a economia, o poder político, o poder militar e os instrumentos de influência externa, designadamente: as acções militares (*hard e soft power*);³ influência junto a instituições internacionais; influência junto a países terceiros assinaladamente para Portugal; diplomacia pública e, por fim, o reconhecimento de liderança por parte dos seus homólogos da Região Austral.
- 10 A tese tem como pergunta de partida saber «até que ponto se pode considerar que os factores estratégicos seguem uma dinâmica sustentada, que permita Angola atingir o estatuto de potência regional emergente até 2025?»
- 11 O objecto de estudo são os factores estratégicos ou seja, o conjunto singular de componentes tangíveis e intangíveis que optimizam o poder do Estado a nível interno e o capacitam para exercer influência junto das unidades políticas que constituem o sistema regional e internacional.

Objectivos

- 12 O trabalho tem um objectivo geral e três específicos. Quanto ao primeiro, visa contribuir para a aquisição de conhecimento sobre a posição estratégica de Angola na conjuntura internacional. Relativamente aos segundos propõem-se:
- 13 • Comprovar a partir de indicadores acima referidos, se Angola é ou não uma potência emergente, tendo em conta a liderança da África do Sul;
- 14 • Avaliar potencialidades, vulnerabilidades, ameaças e oportunidades através dos indicadores em análise, para se aferir o posicionamento de Angola no contexto da África Austral;

- 15 • Colaborar com a comunidade científica e académica no estudo das vulnerabilidades e ameaças para que se transformem em potencialidades.
- 16 Assim, justifico a análise deste tema por variadas razões, a saber: Escassez de estudos científicos nesta área; necessidade de aprofundamento da temática; dimensões não exploradas.
- 17 O trabalho obedece a determinadas delimitações. Quanto ao espaço é o que circunscreve a região da SADC; o contexto é Angola pós-colonial, a guerra civil, a paz e as dinâmicas de crescimento; os actores principais são os detentores do poder a quem cabe a função de delinear e executar as estratégias de crescimento do país e os elementos da sociedade internacional. Quanto aos partidos da oposição: União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), são referenciados apenas numa lógica de perspetivação e correlação de situações pontuais; relativamente ao horizonte temporal é o que decorre entre 2002-2012. Impõe-se uma visão retrospectiva do período que antecede o dos limites temporais da análise; os documentos institucionais que delimitam o trabalho são: a *Constituição* de 2010; o *Programa do Governo 2012-2017*; o documento *Angola 2025 - Estratégia de Desenvolvimento a longo prazo para Angola* e a resolução da UNESCO sobre os *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Foram levantadas hipóteses explícitas, que podem ser refutáveis com base em três suposições:
- 18 • O estatuto de potência regional emergente depende da dinâmica dos factores estratégicos;
- 19 • O crescimento de Angola influencia a Região Austral;
- 20 • Angola tem potencialidades para vir a ser uma potência regional emergente.

Metodologia: O método científico

- 21 Tendo em conta os resultados que se pretende alcançar, optei por uma abordagem qualitativa, centrada na compreensão dos fenómenos a observar de forma a perceber as causas e encontrar explicações dos mesmos. Os dados traduzem, essencialmente, representações, discursos e opinião e não padrões numéricos ou modelos matemáticos. A lógica de raciocínio é dedutiva *top down*,⁴ devido ao conjunto sistematizado de conceitos e teorias e indutiva *botton-up*,⁵ por considerarmos que não existe ainda um corpo de conhecimentos estabelecidos, que permita uma análise mais detalhada da realidade sob investigação.
- 22 Contudo, a aplicação do método científico em estudos africanos, independentemente da perspectiva a utilizar, têm sido alvo de questionamento no mundo do conhecimento, ao ser confrontado com a dúvida se existem ou não diferenças que justifiquem uma forma especial no tratamento desta área do saber. Apresentamos a perspectiva do filósofo Paulin Hountondji (2010), dos sociólogos Víctor Kajibanga (2008) e José Carlos Venâncio (2009), do teólogo e historiador Engelbert Mveng (1983: 141; *apud* WALLERSTEIN *et al.* 2002: 84) e do CODESRIA (cf. GONÇALVES 1992).⁶ Concluimos que as metodologias são as mesmas utilizadas nos outros campos de estudo, mas têm uma especificidade própria quando se trata de assuntos africanos.

- 23 Usamos como perspectiva de análise a interdisciplinaridade e elegemos como disciplinas: a Ciência Política, as Relações Internacionais, a Geopolítica e a História do presente. As três primeiras são nucleares e a última auxiliar.
- 24 Quanto ao tratamento das fontes, o levantamento da bibliografia visou a sistematização do conhecimento sobre o tema. Inclui livros, artigos científicos, jornais e *websites online* de carácter científico e ainda fontes orais de entidades avalizadas na matéria. Incluímos no tratamento das fontes a triangulação dos dados.
- 25 Olhamos também para as fontes do *poder político*, que na perspectiva do Professor Adriano Moreira dividem-se em documentos *directos*, *documentos indirectos* e o *silêncio do poder* (2009: 141-142).
- 26 No enquadramento conceptual, começamos por definir conceitos como sendo abstracções da realidade, ou seja, afirmações que sugerem que um fenómeno deve ser abordado de um certo modo (John Clark *apud* MOREIRA 2007). Conceitos que suportam a pesquisa são: *poder*, *geopolítica*, *estratégia* e *potência regional*. Avaliamos as principais dimensões e aplicabilidade em outros contextos e perspectivas e a sua utilização no presente estudo. O enquadramento teórico assenta nas teorias das Relações Internacionais, nomeadamente:
- 27 • A *realista*, que objectiva o poder como estando no centro da vida internacional, considera o Estado como um actor racional e o mais importante da política mundial. Age com base nos seus próprios interesses a fim de maximizar os seus benefícios (KEGLEY JR. 2004: 36-40; FERNANDES 2011: 44-47).
- 28 • A *Neorealista* (também chamado realismo estrutural porque realça a influência do poder global nas estruturas do estudo), faz a destriça entre relações internacionais e política externa e debruça-se sobre a cooperação (VIOTTIE e KAUPPI 1999). Para Kenneth Waltz o comportamento dos Estados se explica pela natureza do sistema internacional e pelo lugar que estes Estados ocupam na hierarquia de poder (WALTZ 2002: 49-87).
- 29 Num outro contexto, a tese analisa as *Relações Internacionais de África*, onde se debate o facto de as teorias acima referidas, que tiveram expressão na política das grandes potências, também se aplicam na interpretação dos fenómenos das relações internacionais da África contemporânea.

Contextualização histórica do tema e dinâmicas da organização regional

- 30 Neste particular, começa-se por relembrar o célebre discurso do primeiro ministro britânico Harold MacMillan, pronunciado em 1960 no parlamento sul-africano, durante uma visita aos países da Commonwealth, em que anunciava que «os ventos de mudança sopravam em África e quer aceitassem ou não, o crescimento da consciência nacional era um facto político».
- 31 Nessa altura, alguns países africanos tais como, por exemplo, o Ghana, a Guiné Conacry e o Congo Belga já se tinham tornado independentes, com excepção dos países de língua oficial portuguesa e os da África Austral, nomeadamente a Zâmbia, Namíbia e África do Sul.⁷ Com as independências de Angola e Moçambique em 1975, ter-se-ão criado as condições para derrubar, por um lado o último bastião colonial e por outro o país

racista do *apartheid*. E é assim, nesta perspectiva, que Angola e Moçambique se juntam ao Botswana, à Tanzânia e à Zâmbia e criam uma vanguarda, a que entenderam denominar Países da Linha da Frente (PLF),⁸ cuja estratégia era isolar politicamente o regime da África do Sul, apoiando os movimentos de libertação ZANU — Zimbabwe African National Union, SWAPO — South West Africa People's Organisation e ANC — African National Congress, referentes ao Zimbabwe, Namíbia e África do Sul, respectivamente. O primeiro objectivo foi alcançado em 1980 com a independência do Zimbabwe. Quanto aos dois restantes, tiveram maior protagonismo porque assumiram contornos de um fenómeno transnacional, com a Administração Reagan a introduzir os conceitos de *constructive engagement* (engajamento construtivo) e de *linkage* (conexão). O primeiro conceito, definia as linhas mestras que traduziam os pontos de acção dos norte-americanos no sentido de encontrarem uma solução global dos conflitos em curso na África Austral. O segundo, estabelecia uma correlação entre a independência da Namíbia, a democratização da África do Sul e a retirada das tropas cubanas de Angola. A Namíbia tornou-se independente em 1990, e na sequência, os PLF reestruturaram-se e o objectivo passou a ser económico, tendo como alvo debilitar a economia do *apartheid* e é assim que nasce a SADCC.⁹ A democratização chegou à África do Sul em 1994, a região assume a sua emancipação e a organização económica dá lugar à SADC. Segundo fontes documentais da SADC, este núcleo geopolítico constitui a plataforma com mais recursos em toda a África subsahariana.¹⁰

Angola como potência regional emergente

- 32 Esta parte do trabalho é dedicada à identificação e análise dos *factores estratégicos*, considerados os elementos que identificam as potencialidades internas e externas de um Estado. Nesta tese, o paradigma de análise dos *factores estratégicos* foi construído com base no pensamento do realista Hans Morgenthau e a sua teoria sobre «*A política entre as nações*», em que este autor faz uma análise dos elementos do poder nacional e equaciona os indicadores que concorrem para que uma nação possa ser considerada mais poderosa relativamente às outras. Com base nesse pensamento, extrapolamos para o presente estudo a formulação de Morgenthau e criou-se um paradigma de análise construído em teia por um conjunto de recursos, tangíveis e interdependentes, sobre os factores estratégicos, que são analisados de seguida, nomeadamente: geografia física, recursos naturais, energia, população, segurança alimentar, economia/parceiros do petróleo, poder político, poder conjugado, instrumentos de influência externa e o reconhecimento de liderança.
- 33 Uma das grandes potencialidades de Angola é a sua *Geografia física*, que proporciona ao país vantagens estratégicas. Possui um *rimland* que é Cabinda, que confere ao governo angolano um *poder funcional* a nível global, para além da sua localização no Atlântico Sul, zona de referência histórica e de interesse geopolítico mundial. O Atlântico sul foi um veículo decisivo na guerra civil angolana, pois era a via de trânsito dos aliados, que culminou na independência da Namíbia. Actualmente, é o ponto estratégico por onde circulam os fluxos do comércio internacional, e em especial o petróleo. Ademais, é considerada rica em hidrocarbonetos e metais variados, que se encontram no fundo do oceânico (MATOS 2010).
- 34 Seguem-se que os *recursos naturais*: independente da sua exploração e utilização, Angola é um dos países com maiores recursos naturais na África subsahariana, tal é a dimensão

das riquezas que se tomarmos como referência o pensamento geopolítico de Theresinha de Castro (1982: 58), diremos que Angola no que concerne a matérias primas é uma *nação satisfeita*. Por outro lado, a tese também analisa a utilização dos seus recursos, e neste particular destacam-se os diamantes e a sua incidência e gestão durante a guerra civil. Porém, verifica-se da parte do Estado angolano um não aproveitamento da maioria destes recursos. De qualquer forma, existe uma intenção das autoridades de «fazerem um aproveitamento estratégico dos recursos não renováveis em benefício do bem comum...» (MPLA 2004).

- 35 Sobre a energia: a produção hidroelétrica é outra das suas potencialidades. Angola é o único produtor de petróleo na África Austral. No entanto, dentre os países da SADC é o que menos energia consome. Estudos elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola, em 2011, sobre o «*bem estar da população*» revelam que apenas 36% da população tem acesso a rede elétrica na área urbana, sendo que o recurso ao uso de candeeiros a petróleo, geradores e velas é ainda muito significativo. No que diz respeito à zona rural, apenas 9% tem acesso à rede elétrica, 59% utiliza o candeeiro a petróleo e 20% lareiras e fogueiras de lenha como fontes de iluminação (INE 2011).
- 36 As mesmas restrições aplicam-se em relação ao abastecimento regular da água. Esta condição não só afecta o desenvolvimento da economia como se reflecte nos padrões de subsistência da população angolana. A manter estas regularidades ficam em causa as metas dos «*Objectivos do Milénio*», que no seu ponto 7, denominado «*Garantir a sustentabilidade ambiental*», refere que até 2015 os países signatários deste importante documento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) deverão «*reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável*». Esta passagem, quando aplicada a Angola, reflecte uma das fragilidades do Estado angolano porque, segundo dados do INE (2011: 39-41), 94% da população procura fontes alternativas de abastecimento de água.
- 37 Enquadrada no contexto das relações internacionais a *população* é um dos indicadores que determina o poder de uma nação com base na quantidade e na qualidade dos seus habitantes. Na prática, observa-se que um maior índice populacional não torna necessariamente uma nação poderosa. Por essa razão alguns especialistas são de opinião que existem factores adicionais que devem potenciar a população para que a nação possa beneficiar de um crescimento estrutural sustentado, nomeadamente: uma população com massa crítica, com conhecimentos e capacidade de contribuir para os avanços tecnológicos e industriais e com capacidade para enquadrar um exército (MORGENTHAU 1993). Em relação à população angolana, as fontes variam e em 2012 estimaram-se cerca de 20 milhões. Entretanto, dados recentes registados no «*Recenseamento geral da população e habitação*» realizado em Maio de 2014, ficou apurado que o país tem 24 milhões e 300 mil habitantes (cf. SANTOS 2014). Importa, contudo, referir que quanto ao desenvolvimento da população, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma medida comparativa de riqueza — elaborada com base nos dados da alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade em 2013 —, e em que, dos 187 países avaliados, Angola encontrava-se na posição 149, quer dizer, entre os «*países de desenvolvimento humano baixo*» (cf. PNUD 2013; 2014).
- 38 Ainda inserido no quadro da população equaciona-se a massa crítica de um país que, no entender dos teóricos do realismo, é determinada pela quantidade de indivíduos de uma nação que possuem conhecimentos e capacidade em diversas áreas do saber, o que

lhes permite contribuir de forma dinâmica para a sustentabilidade política, económica e social da nação, constituindo um dos principais motores de crescimento (MORGENTHAU 1993). Acerca desta potencialidade, verifica-se que o ensino em Angola ainda não atingiu um grau científico compatível a nível externo. Este indicador põe em causa a condição de potência, uma vez que o país ainda não possui uma população habilitada que possa ser considerada potencial estratégico.

- 39 No que concerne à *segurança alimentar*, na visão predominante dos realistas, os géneros alimentícios constituem um dos recursos naturais mais elementares. É um potencial estratégico que espelha o grau de autonomia alimentar dos Estados. Angola é considerada o 16.º país com maior potencial agrícola do mundo. Possui cerca de 45 milhões de hectares aptos à agricultura e aproveita apenas cerca de 2 milhões de hectares de forma rudimentar (FAO 2008). O Governo tem uma «*Estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional*» tendo em vista o aumento da produção agro-pecuária e pesqueira de forma sustentável — fazendas agrícolas, reabilitação de infraestruturas para o escoamento dos bens. Estas iniciativas, por enquanto, não surtiram grandes efeitos. A produção interna não é suficiente para resolver a questão alimentar e o país continua a recorrer à importação de bens alimentícios. Em 2011, segundo informações do Conselho Nacional de Carregadores (CNC) de Angola, da lista dos 100 produtos importados da China constavam, por exemplo, bens como arroz, cereais, óleo de palma, farinha trigo e frutas (cf. CNC — *Boletim Estatístico* 2011).
- 40 Este facto ilustra, de forma pragmática, que a capacidade alimentar faz parte da geoestratégia internacional, constituindo uma área de segurança. Angola tem uma trajetória a percorrer para se auto-abastecer e se posicionar não só a nível regional como global como um país com capacidade para alimentar a sua população. A manter-se esta tendência de dependência externa, quando analisada numa perspectiva de potência emergente, reflecte uma fragilidade porque o país depende de países terceiros para alimentar a sua população.
- 41 Dada a natureza do presente estudo, a *economia* é analisada em função da dinâmica que se estabelece entre o poder político e os parceiros estratégicos do petróleo, assim considerados dadas as condições que levaram a existência destas parcerias. A tese identifica os principais parceiros segundo o volume das transações: Realça que após os atentados do 11 de Setembro de 2001, os EUA fizeram de Angola uma alternativa às suas fontes tradicionais de abastecimento de petróleo. Em 2011, o valor das transações rondava os 30% (OCDE 2011). Por seu turno, uma vez que Angola é um país essencialmente importador, não tem aproveitado as vantagens de comércio livre que são proporcionadas pelos EUA através do programa AGOA,¹¹ que faculta aos países da África subsaariana o acesso livre de produtos de fabrico local, aos mercados americanos.
- 42 No que diz respeito à Comunidade Económica Europeia (CEE), as relações comerciais de Angola com esses países desenrolam-se no âmbito dos Acordos de Cotonu, em vigor desde Abril de 2003 e que veio substituir a Convenção de Lomé, assinada entre a União Europeia (UE) e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), a que Angola tinha aderido em 1985. Das relações geoeconómicas, Portugal aparece destacado, representando 18,7% do total das importações em 2013 (AICEP 2014). Segue-se a China, atarvés de uma parceria iniciada em 2004, com um empréstimo concedido à Angola pelo EximBank,¹² num pacote no valor de USD 2 biliões de dólares americanos destinados à reconstrução nacional (MINFIN 2007). O reembolso é feito em petróleo numa estratégia

a longo prazo (OCDE 2011). As trocas comerciais com Angola representam 17,9% das importações (AICEP 2013).

- 43 Quanto ao Brasil, verifica-se que o volume de exportação de petróleo é quase nulo, uma vez que o Brasil é também um produtor. A Odebrecht, empresa brasileira sediada em Angola desde os anos 1980, tem tido como área de intervenção a engenharia, a agroindústria e a construção civil, com destaque para a reconstrução de barragens hidroeléctricas. Segundo a AICEP, o que Angola importa do Brasil rondam os 5,8% do total das transações comerciais.
- 44 Em relação a África Austral, as relações de Angola com os países da região têm lugar no âmbito da SADC. Contudo, Angola ainda não aderiu à Zona de Comércio Livre (ZCL), pois, pretende fazê-lo de forma gradual até 2017. A ZCL foi instituída em Agosto de 2007 com o objectivo de reforçar a integração económica e a industrialização da região, removendo gradualmente as barreiras comerciais. Dela já fazem parte a maioria dos países da organização.¹³
- 45 Denota-se, portanto, que Angola tem uma economia de enclave baseada no petróleo e cujas receitas lhe tem conferido uma balança comercial positiva. No entanto, é um país importador da maioria dos bens que consome, o que demonstra uma dependência do exterior quanto à capacidade produtiva de bens de consumo interno, fazendo dos parceiros elementos centrais no crescimento da economia nacional.

O Poder político e a tripla dimensão

- 46 A este respeito, a tese centra-se no que dizem os politólogos em termos das sociedades políticas, que devem ser analisadas segundo uma perspectiva tridimensional, que corresponde a forma, a sede e a ideologia (LARA 1995: 113-114). Considera-se que as matérias que as separam são ténues, e que na prática equivalem às questões: Como se manda? Quem é que manda? E porquê que manda?
- 47 A *forma* corresponde ao questionamento de *como se manda*. Na análise do poder político, considera-se que a forma diz respeito às normas do regime político que constituem o ordenamento jurídico, nomeadamente a constituição, as leis, os decretos, as portarias e outros regulamentos. O que se verifica é que, por vezes, a causa formal do Estado não coincide com os princípios defendidos nos textos jurídicos. Sobre esta realidade, Adriano Moreira refere que «o poder político se guia por um normativismo resultante do chamado poder normativo dos factos, mas insiste em proclamar a validade e eficácia da constituição escrita» (2009: 146). No caso angolano, as dinâmicas político-sociais que ocorreram no país desde a independência a actualidade, têm dado lugar a que na prática se consubstancie uma *constituição real* em vez da constituição formal.
- 48 No que tange a *sede do poder* equivale a saber *quem é que manda*. Para que seja operacional, esta questão assenta numa base de apoio constituída através do sufrágio eleitoral e que pode ser activa, passiva ou constituída por elementos silenciados. A *sede activa* organiza-se em torno de um projecto partidário com base ideológica e assente nas populações. A *sede passiva* é desapegada da política mas tem expectativas em torno dos benefícios que irá obter com o uso do sufrágio eleitoral. Por último, a *sede silenciosa* que enquadra os descontentes com as forças partidárias.
- 49 Se se pretender ilustrar a sede do poder político em Angola, utilizando um esquema de organograma, ela terá a forma de um T. No topo está o Presidente da República (PR). No

sentido horizontal estão os *law in action*, ou seja, entidades paralelas ao exercício da actividade governamental, têm mais poder do que um ministro e constituem a sede de apoio ao PR. São elas: a Casa de Segurança do lado esquerdo, o MPLA partido Estado e cuja hierarquia predomina sobre a hierarquia do Estado ao centro e a Casa Civil à direita. Segue-se, na linha vertical, o Vice-Presidente da República; o Presidente da Assembleia Nacional; a Assembleia Nacional é o único órgão onde o MPLA não tem domínio total uma vez que no parlamento, com 220 lugares, se encontram representados os deputados saídos das eleições gerais de 2012, com a seguinte configuração: MPLA (175); UNITA (32); CASA-CE — Convergência ampla de salvação de Angola - Coligação Eleitoral (8); PRS — Partido de Renovação Social (3); FNLA (2). No Governo, o MPLA retoma a hegemonia, liderando a sede do poder com o Executivo constituído por elementos do Partido maioritário.

- 50 Em termos analíticos, a *ideologia* no Estado corresponde à questão *porque que manda?* Para os seguidores do marxismo, ideologia é a produção e a disseminação de ideias, principalmente pelo Estado e pelo seu aparelho burocrático, que apoiam e legitimam a ordem social prevalente (PEET 2009: 29). Para outros, é o conjunto de conceitos existentes, que orientam e lutam pela tomada, manutenção e exercício do poder político (MOREIRA 2009: 284). E ainda, a ideologia é tida como algo perverso, que atrofia o raciocínio do ser humano (LARA 2009: 66). Lara (1998: 50-51) observa que a ideologia no Estado pode estar subjacente na Constituição ou de forma subliminar, encobertas pelas soluções aparentemente técnicas que são acolhidas e estatuídas. Defende, igualmente, que essa mesma ideologia apresenta duas modalidades complementares mas diversas, que são a *ideologia explícita* e a *ideologia implícita*. A primeira com conotações semânticas e carga doutrinária (socialismo, sociedade sem classes). A segunda propõe soluções que *a priori* podem não ter conotação política ou ideológica mas a sua aplicação prática é disso reflexo.
- 51 Em Angola, a primeira Constituição, datada de 1975, caracterizava-se por uma ideologia explícita, não deixando qualquer dúvida da sua existência. Entretanto, a queda do Muro de Berlim alterou a tendência tendo como uma das consequências o enfraquecimento das ideologias, facto que se reflectiu na política angolana e, como consequência, a ideologia passou a ser implícita, percebendo-se apenas nas entrelinhas, no seio do Partido e usada nos comícios como forma de persuasão das massas.
- 52 Parece-nos evidente que a tripla dimensão do poder é uma das potencialidades do Estado angolano, que atingiu um patamar que transmite uma imagem de estabilidade interna e confiança da arena internacional, o que faz com que alguns actores olhem para Angola como potência regional emergente.
- 53 Um outro indicador de análise estratégica é o *poder conjugado*, ou seja, as Forças Armadas, a Marinha e a Força Aérea. As Forças Armadas Angolanas (FAA) resultam da fusão dos exércitos dos três movimentos de libertação (FAPLA — Forças Armadas Populares de Libertação de Angola; FALA — Forças Armadas de Libertação de Angola; e ELNA — Exército de Libertação Nacional de Angola). Em 1991, os acordos de paz deram lugar à fusão dos três exércitos. O fim da guerra civil esvaziou o espectro da guerra e fez com que as FAA dessem lugar a uma nova era num novo contexto nacional e com uma filosofia diferente da que vinha mantendo. Durante a *guerra fria*, ou seja, antes da fusão dos três exércitos, as FAPLA tinham um pendor doutrinal das Forças Armadas do antigo Pacto de Varsóvia, dada a formação da maioria dos seus integrantes. Actualmente estão a ser desenhadas e modernizadas num ambiente doutrinal híbrido, em que conceitos

operacionais e meios de combate desenhados pela Organização do Tratado Atlântico Norte (NATO) convivem com os meios de combate russos e os conceitos operacionais relativos ao seu emprego (VERÍSSIMO 2006: 11).

- 54 O mesmo autor prossegue, defendendo que a partir dos anos 1990 surgiram novas ameaças no sistema político internacional, nomeadamente: armas de destruição massiva, fundamentalismos, terrorismo, narcotráfico, migrações forçadas, disputas pelo controlo de recursos e a nível virtual, a guerra informática. Perante estas ameaças, as Nações Unidas apresentaram uma proposta de «*Agenda para a paz*» a qual sugeria como a ONU poderia reagir a conflitos violentos. A proposta definia novas missões a atribuir às Forças Armadas dos Estados bem como novos conceitos operacionais. É na sequência desta nova ordem que as FAA traçam estratégias para enfrentar ameaças que lhe poderão advir através das suas fronteiras e da rota Atlântica.
- 55 A nível interno, as FAA têm-se potenciado do ponto de vista técnico material e humano para enfrentar desafios terrestres, marítimos e fluviais em toda a extensão que delimita a soberania do território angolano, uma vez que, como já vimos antes, a sua plataforma económica e geoestratégica é potencialmente rica em recursos minerais, sendo por isso um foco de atracção de imigrantes na busca de condições económicas. Nesse sentido, em 1992 foi criado o Instituto Superior de Ensino Militar (ISEM) — e que desde 1996 passou a denominar-se Escola Superior de Guerra (ESG) —, cuja função tem sido formar elementos das FAA, Polícia Nacional e ainda militares provenientes dos países membros da SADC, CEEAC¹⁴ e da CPLP,¹⁵ nomeadamente, Namíbia, RDC, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique.
- 56 Na sequência do trabalho de campo, percebemos que as FAA têm uma nova dinâmica, mas precisam de ser apetrechadas com meios de combate da Nova Era, para poderem ultrapassar os desafios que se apresentam no século XXI, incluindo a Marinha de Guerra. Para tal, a cooperação estratégica com países de natureza diversa, tem sido um eixo estruturante do *poder conjugado*.
- 57 Numa outra dimensão, o estudo investiga *os instrumentos de influência externa*, ou seja, a forma como Angola consegue exercer a sua influência a nível regional ou global. Começamos por analisar a geopolítica no *hearthland* do Sul, que compreende a África Austral e Central. É considerada uma região plana, que permite contactos e comunicações sem dificuldades e com elevado índice populacional. Os países que enquadram o *hearthland* constituem dois grupos que se distinguem por terem ou não saída para o mar. Do primeiro fazem parte Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia e a República Democrática do Congo (RDC), que têm acesso ao mar ao longo do rio Congo até à foz. Do segundo, encontramos o Rwanda, Uganda, Burundi, Malawi, Zâmbia e Zimbábue, que são países geobloqueados, têm bacias hidrográficas e rios. Uma vez que o mar é um elemento estratégico, a geopolítica destes países poder ser condicionada pelos países do primeiro grupo. Face a esta realidade, a questão que se levanta é saber qual o papel de Angola?
- 58 A geopolítica de Angola nestas duas regiões estrutura-se tendo em conta um conjunto de factores que caracteriza a instabilidade da maioria dos Estados. Referimo-nos a uma zona de tensão e conflitos (ZTC), onde se disputa a demarcação de fronteiras, o controlo dos recursos naturais, questões étnicas na região dos Grandes Lagos, que inclui o Rwanda, o Burundi e a RDC. Por estas razões, o mapa geográfico faz com que Angola, enquadrada na África Central, se torne numa plataforma onde tendem a convergir conflitos regionais. Em relação a África Austral, após ter vencido o exército sul-africano

durante a guerra civil angolana, que culminou na batalha do Kwitu-Kwanavale, a geopolítica de Angola desenvolve-se no quadro da SADC.

- 59 Enfim, um outro espaço de influência é o Golfo da Guiné enquanto região geopetrolífera com a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), criada em 1999, e funcionando como um órgão que zela pelo reforço da segurança colectiva, da paz e do desenvolvimento sub-regional.
- 60 As *acções militares* são outras formas de influência externa, que podem contribuir para a eliminação de focos de tensão e conflitos, bem como para a prevenção dos mesmos, sobretudo nas regiões circunvizinhas de Angola. O combate ao terrorismo funciona como uma doutrina do Estado angolano, da qual fazem parte um conjunto de princípios com base na paz e estabilidade. Esse posicionamento legitima a posição de Luanda ao intervir em zonas para além das suas fronteiras, com a finalidade de salvaguardar interesses vitais. Assim aconteceu na República do Congo (1997), na RDC (1997), ao enquadrar forças de manutenção de paz, nomeadamente, no Sistema Continental de Alerta Prévio (CEWS) ligado às unidades de observação sub-regionais CEDEAO/ECOWAS¹⁶ e a SADC; exercícios *Dolphin* pela SADC; *Kwanza* pela CEEAC e *Felino* pela CPLP. Actualmente tem um papel central no apaziguamento da região dos Grandes Lagos e integra e lidera a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL). O desempenho de Angola tem-lhe merecido a designação de potência militar na África Austral.
- 61 A análise dos *instrumentos de influência institucional* é dominada por um enfoque que privilegia o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e as Organizações Multilaterais (OM). Em 2003, Angola foi nomeada membro não permanente do Conselho de Segurança por um período de 2 anos. Este facto, constituiu uma importante vitória diplomática do Governo de Luanda. Aquando da crise do Iraque, posicionou-se do lado dos EUA ao defender a destruição das armas de destruição maciça. Decorridos onze anos (2014), Angola é de novo eleita por um período de dois anos, para membro não permanente do Conselho de Segurança com o apoio da União Africana, CPLP, China e Rússia, numa fase em que lidera conflitos regionais e nessa condição, no âmbito das funções e poderes que a Carta das Nações Unidas confere, Angola tem maior responsabilidade na manutenção da paz e estabilidade em África.
- 62 Enquadrada numa estratégia global, Angola identifica-se num outro factor estratégico que é a *internacionalização do poder angolano*, que começou a delinear-se com o fim da guerra civil em Angola. Beneficiando disso, o país encerrou um capítulo de instabilidade e deu lugar a uma nova fase com a emergência de uma classe social com capacidade financeira para investir no exterior. Por outro lado, Portugal ligado a Angola por laços históricos, enfrenta a crise da zona euro e é na encruzilhada destes dois momentos que se estabelecem «*parcerias com vantagens mútuas*». Em 2006, inicia-se um novo ciclo com uma diplomacia baseada em estratégias de harmonização de interesses entre as partes assentes em «*linhas de força*» que lhes permitia exercer reciprocidade de influência. Na prática, passou a registar-se um fluxo crescente de entrada de portugueses em Angola, que passaram a investir em diversas áreas e a estabelecer parcerias locais.
- 63 Do lado de Angola, tendo em vista uma internacionalização económica, os angolanos passaram a investir em Portugal em áreas estratégicas como a energia, a banca, telecomunicações e em outros sectores da economia portuguesa. Toda esta dinâmica levou a um discurso controverso sobre qual das partes influencia a outra. Do nosso ponto de vista trata-se de uma dinâmica que ocorre a relativamente pouco tempo e não

o suficiente para se observarem regularidades, recorrências ou repetições deste fenómeno. De qualquer forma, Angola tem a seu favor um poder potencial que transforma em poder real e lhe permite exercer influência material sobre Portugal.

- 64 Na sua afirmação externa Angola tem conferido particular saliência à *Diplomacia Pública* como recurso estratégico para projecção internacional. Este acto acontece através de alguns dos seus órgãos de comunicação social, como a Televisão Pública de Angola (TPA Internacional) que difunde imagens de um país «*ideal tipo*»; em 2011, a cadeia televisiva norte-americana CNN divulgou, por um período determinado, um programa com o mesmo objectivo; o Campeonato Africano das Nações (CAN) também foi um acto significativo de diplomacia pública, e a estas juntam-se outras acções culturais e desportivas do Estado angolano, com o objectivo de transmitir o potencial do país.
- 65 No que tange ao *reconhecimento de liderança*, por parte dos seus homólogos regionais, as práticas internas deverão ser de molde a que os demais países as possam seguir e o Chefe de Estado deverá demonstrar a nível internacional que consegue defender os interesses dos seus homólogos. Para os que defendem que Angola é uma *potência regional emergente*, deverão ter em conta que na região a liderança cabe à África do Sul e, para além dela, existem outros países igualmente fortes como a Namíbia, Zâmbia, Malawi, Botswana ou mesmo o Lesoto, com algumas potencialidades.
- 66 Do que nos foi possível observar ao longo da nossa investigação, verifica-se que desde 2002 tem-se registado avanços económicos, políticos e sociais e de estabilidade militar reconhecidos por fontes externas. Contudo, ainda não é suficiente para merecer por parte dos seus pares o reconhecimento de liderança da região Austral. Observamos que não existem discursos nesse sentido.

Conclusão

- 67 Os resultados da análise dos dados evidenciam potencialidades e oportunidades, mas também vulnerabilidades e ameaças, na projecção de Angola como potência regional.¹⁷ Esses aspectos são abaixo sintetizados através dos Quadros I e II, tendo em conta dois objectivos: primeiro, salientar os factores estratégicos que podem condicionar ou potencializar a capacidade de ser «potência regional»; segundo, contribuir para uma solução.

Quadro I - Âmbito interno¹⁸

Potencialidades	Vulnerabilidades
<ul style="list-style-type: none"> • O «Angolano» como potencial estratégico; • Geografia; • Localização geo-estratégica; • Recursos naturais; • Produtor de petróleo; • Abundância de recursos hídricos; • Poder político; • Forças Armadas; • Influência externa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa densidade populacional; • Escassez de massa crítica com formação superior e qualificação apropriadas; • Falta de quadros médios; • IDH baixo, entre os 165 países do mundo Angola ocupa 148;¹⁸ • Deficiente abastecimento de água, energia e tratamento de saneamento básico. • Sub-aproveitamento dos recursos naturais • Elevada dependência do petróleo, economia de enclave; • Falta de indústrias transformadoras; • Importação da maioria dos bens de consumo interno. • Falta de uma Marinha de Guerra «efectiva»
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Descobertas de jazidas de petróleo <i>onshore</i> e <i>offshore</i>; • Enorme biodiversidade; • Introdução de novas tecnologias a partir do ensino básico, conforme países parceiros de Angola; • Formação de quadros qualificados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exploração ilícita e clandestina dos recursos naturais; • Vulnerabilidades nas fronteiras; • Concentração das populações nos meios urbanos; • Assimetrias sociais; • Qualidade de ensino superior não reconhecida a nível externo; • Mão-de-obra estrangeira em detrimento dos nacionais que tendem a ser menos qualificados; • Ausência de ênfase no ensino técnico médio e de formação

Quadro II - Âmbito Externo

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Expansão para novos mercados devido ao petróleo; • Acesso aos mercados da SADC; • Dupla projecção de poder na SADC e CEEAC; • Influência militar na região dos Grandes Lagos; • Papel de liderança na manutenção da paz e segurança no golfo da Guiné; • Participação actuante nas instituições políticas multilaterais – ONU, EU, FMI, BM, Unesco, PNUD, Unicef; UA, CPLP e outras; • Recursos hídricos nacionais que constituem fontes energéticas para países terceiros; • Diplomacia pública, fundamental para a prossecução dos objectivos da política externa. 	<ul style="list-style-type: none"> • A globalização perante as fragilidades internas; • A porosidade das fronteiras e sua necessidade de fiscalização, bem como das águas territoriais; • Possíveis conflitos em países limítrofes, que podem pôr em causa a estabilidade de Angola, provocando ondas de refugiados; • Abertura das fronteiras no âmbito da SADC, que levaria, por enquanto, a uma concorrência desleal; • Percepção de Angola como um local de oportunidades, para benefício de terceiros; • Controlo da economia e de sectores centrais nacionais por actores estrangeiros.

68 Na análise das *potencialidades* face às *vulnerabilidades*, *oportunidades* e *ameaças internas* e, simultaneamente às *oportunidades* e *ameaças externas*, a investigação aferiu que as *potencialidades*, quando avaliadas na balança do poder, conferem a Angola um grau de

vulnerabilidade externa, que põe em causa os argumentos segundo os quais Angola é uma potência regional emergente.

- 69 Aparentemente seria um passo lógico e consequente, considerar válidas as afirmações de diferentes quadrantes, que defendem a inclusão de Angola no grupo das potências emergentes, devido ao crescimento económico. Porém não se pode considerar que o crescimento é sustentável uma vez que é baseado, essencialmente, no petróleo e — em menor escala mas significativamente, na extracção diamantífera. As evidências comprovam que as economias baseadas em singularidades de produto e respectivas exportações são sempre vulneráveis às variações dos mercados e das condições internas dos Estados clientes, como já aconteceu à Nigéria há cerca de duas décadas e meia.
- 70 Os sucessos militares das FAA têm contribuído para que observadores políticos entusiastas da *geografia da paz* defendam que a existência de forças militares poderosas e experimentadas conferem à Angola a classificação de «potência regional emergente» (PACHECO 2010). A principal relevância da projecção do poder militar angolano, assumiu protagonismo aquando da intervenção das FAA na região Central de África, isto é na República do Congo e na RDC com vista assegurar a integridade da fronteira norte de Angola e a estabilidade na região dos Grandes Lagos. Todas estas intervenções granjeiam às FAA o estatuto de um exército com o maior potencial combativo na região.
- 71 No que diz respeito às hipóteses equacionadas na tese, a *primeira* — o estatuto de potência regional emergente depende da dinâmica dos factores estratégicos — não se confirma. Primeiro, porque assenta essencialmente em dois recursos naturais que não são ilimitados (isto é, petróleo e diamantes) e dependem da exportação e de cotações internacionais de valor aleatório. Segundo porque o sector industrial ainda se encontra em fase embrionária. A título de exemplo, a indústria não responde às necessidades internas, o que leva a um elevado volume de importações de bens de consumo corrente, bens de consumo intermédio e bens de capital. Terceiro carece de massa crítica, quer em termos quantitativos, quer qualitativos. Para o efeito, tende a recorrer ao *know-how* estrangeiro, em particular assessores, consultores, quadros superiores e intermédios.
- 72 A *segunda hipótese* — o crescimento de Angola influencia a região austral — também não se confirma. Primeiro, porque a sua produção não é direccionada para abastecer a região. Segundo, porque a qualidade e quantidade do capital humano e o português enquanto língua oficial, limitam a influência num espaço essencialmente anglófono. Terceiro porque o investimento angolano na região é inferior ao investimento angolano fora do espaço regional. Quarto porque carece de reconhecimento de potência regional por parte dos seus homólogos (cf. *supra*).
- 73 Por último, a *terceira hipótese* — Angola tem potencialidade para vir a ser uma potência regional — confirma-se. Primeiro porque tem uma localização geográfica estratégica: ponto de entrada e escoamento dos produtos para os países de enclave da região e de importância geopolítica do Atlântico. Segundo porque possui vastos recursos naturais importantes para a região, tais como água, terras aráveis e minérios. Terceiro porque se tem investido na melhoria das vias de comunicação regionais (ferrovias, rodovias e portos). Quarto porque tem um poder político consolidado e um poder funcional com projecção internacional, que advém dos recursos naturais. Quinto porque há um reconhecimento da capacidade combativa das suas Forças Armadas resultante da experiência verificada da sua participação em conflitos regionais, tais como no Congo Democrático e no Congo-Brazzaville.

- 74 Contudo, para a concretização das suas potencialidades é necessário combater as suas principais vulnerabilidades e ameaças acima enunciadas no âmbito interno. O país já dispõe de uma margem de progressão com taxas de crescimento atingindo os dois dígitos, que lhe permite implementar a estratégia delineada para ultrapassar as fragilidades e num futuro não muito distante, ascender a potência regional.
- 75 Denota-se, no entanto, que apesar dos esforços envidados, há ainda um longo caminho a percorrer... E o poder está consciente disso, apesar do discurso corrente de «*potência regional emergente*», decorrente a nosso ver, de uma criação externa assente em objectivos estratégicos e não de uma análise objectiva sustentada em factores abrangentes da sociedade angolana. Numa breve entrevista, não oficial, ocorrida no dia 12 de Agosto 2011, no Jardim da Cidade Alta, em Luanda, tivemos a oportunidade de perguntar ao Presidente da República Eng.^o José Eduardo dos Santos se «[...] *É Angola uma potência regional emergente?*», ao que, o Presidente, com o pragmatismo a que já nos habituou, respondeu: «[...] *Estamos na rampa de lançamento, estamos a trabalhar nisso e havemos de lá chegar*».

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL Luís Mira, 2009 (1.^a edição), *E depois da crise? Cenários para o futuro das economias portuguesa e mundiais*. Lisboa, Edição Horácio Piriquito.
- CAMPOS Armando, 1996, *África do Sul. Potência regional*. Lisboa, Edição do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade Técnica de Lisboa.
- CARVALHO J. Eduardo, 2009, *Metodologia do trabalho científico*. Lisboa, Escolar Editora.
- CASTRO Theresinha, 1982, *Atlas. Texto de geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Capemi Editora.
- CONSTITUIÇÃO da República Popular de Angola, 1975, Luanda, Imprensa Nacional de Angola — U.E.E.
- CONSTITUIÇÃO da República de Angola, 2010, Luanda, Imprensa Nacional de Angola — E.P.
- FERNANDES José Pedro, 2011 (2.^a edição), *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa, Almedina.
- FLAMES Daniel, 2007, *Conceptualizing regional power in International Relations: Lessons from the South Africa case*. Hamberg, German Institute of Global and Area Studies [«Giga Working Papers»].
- GONÇALVES José, 1992, *As Ciências Sociais em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe*. Dakar, CODESRIA — Conselho para o Desenvolvimento da Investigação das Ciências Sociais em África.
- HOUNTONDI Paulin, 2010, «Conhecimentos de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos», in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes (orgs.), *Epistemologias do sul*. Coimbra, Almedina, pp. 117-129.
- INE — INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2011, *Inquérito integrado sobre o bem-estar da população (IBEP)*. Relatório analítico, vol. I. Luanda, INE/UNICEF.

- KAJIBANGA Víctor, 2008, «Saberes endógenos, ciências sociais e desafios dos países africanos», in *Revista Angolana de Sociologia* (Luanda), n.º 2, Dezembro, pp. 7-14.
- KEGLEY Jr. Charles, 2004, *World politics. Trend & transformation*. University of South Carolina, Library of Congress.
- LARA António de Sousa, 1995, *Elementos de Ciência Política*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- LARA António de Sousa, 2009, *Ciência Política. Estudos da Ordem Subversiva*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, 2004, *Angola 2025: Angola um país com futuro*. Luanda, Ministério do Planeamento.
- MOREIRA Adriano, 2009 (4.ª edição), *Ciência política*. Coimbra, Almedina.
- MOREIRA Carlos Diogo, 2007, *Teorias e práticas de investigação*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade Técnica de Lisboa.
- MORGENTHAU Hans, 1993 (6.ª edição), *Politics among nations. The struggle for power and peace*. New York, MacGraw-Hill.
- MPLA — MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, 2004, *Para uma Agenda Nacional de Consenso*. Luanda, Edição do Movimento Popular de Libertação de Angola.
- MVENG Engelbert, 1983, «Récents développements de la théologie africaine», *Bulletin of African Theology*, vol. V, n.º 9.
- MUNSLOW Barry, 1999, «Angola: The politics of unsustainable development», in *Third World Quarterly*, vol. 20, n.º 3, pp. 551-568.
- OLIVEIRA Ricardo, 2007, *Oil and politics in the Gulf of Guinea*. Londres, Columbia & Hurts.
- PACHECO Carlos, 2010, *Angola — Um gigante com pés de barro e outras reflexões sobre a África e o mundo*. Lisboa, Vega.
- PEET Richard, 2009, *Geografia do poder*. Cascais, Editora Sururu Produções.
- QUIVY Raymond e CAMPENHOUDT Luc Van, 2005 (4.ª edição), *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa, Gradiva [«Trajectos»; 17].
- SANTO Paula Espírito, 1997, *O processo de persuasão política*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- SANTOS José Eduardo dos, 2014, «O Estado da Nação», in *Jornal de Angola* (Luanda), 16 de Outubro.
- VENÂNCIO José Carlos, 2009, *O fato africano. Elementos para uma sociologia de África*. Prefácio de Adelino Torres. Recife, Fundação Getúlio Vargas e Editora Massangana.
- VERÍSSIMO Gilberto, 2006, *A influência das novas tecnologias na guerra*. Luanda, Editorial Nzila.
- VIOTTI Paul e KAUPPI Mark, 1998 (3.ª edição), *International relations theory. Realism, pluralism, globalism and beyond*. Boston, Allyn and Bacon.
- WALLERSTEIN Immanuel et alii, 2002 (2.ª edição), *Para abrir as Ciências Sociais*. Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais. Tradução de Ângela Maria Moreira e João Paulo Moreira. Mem Martins, Publicações Europa América.
- WALTZ Kenneth, 2002, *Teoria das relações internacionais*. Lisboa, Gradiva.

Documentação electrónica

AGOA — African Growth and Opportunity Act, 2011, *Pedra angular na política africana dos Estados Unidos* [http://iipdigital.usembassy.gov/st/portuguese/article/2011/04/20110425103501x0.9155499.html#axzz3HBq8jn45], acessado em 25 de Outubro de 2012.

ANGOLA, 2011, *Lista dos cem produtos mais importados* [https://www.cncangola.com/.../CNC_Boletim_Estatistico_de_2011_3].

AICEP — Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, 2014, «Angola ficha de Mercado», Junho. [http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/Documentos/FM Angola], acessado em 25 de Outubro de 2014.

CNC — CONSELHO NACIONAL DE CARREGADORES, 2011, *Boletim Estatístico*. [http://www.dw.de/resultados-finais-da-cne-confirmam-vit%C3%B3ria-do-mpla-nas-elei%C3%A7%C3%B5es-em-angola/a-16226955], acessado em 12 de Dezembro de 2013.

CRAVINHO João, 2005, Entrevista ao *Jornal Expresso*, 5 de Novembro. [http://www.angonoticias.com/Artigos/item/7004], acessado em 30 de Maio de 2011.

FAO — FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO, [http://www.panapress.com/FAO-acha-auto-suficiencia-alimentar-em%C3%81frica-simples-e-pouco-onerosa-3-430595-40-lang4-index.html], acessado em 20 de Abril de 2012.

MACMILAN Harold, 1960, *Winds of Change*. [https://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/.../2714525.stm], acessado em 18 de Outubro de 2011.

MACMILLAN John, 2005, «Promoting transparency in Angola», *Journal of Democracy*, pp.155-169. [https://muse.jhu.edu/login?auth=0&ty=/journals/journal_of_democracy/v016/16.3mcmillan.html], acessado em 29 de Novembro de 2011.

MATOS João, 2010, *A importância do Atlântico Sul*. Luanda, Centro de Estudos Políticos e Estratégicos Nacionais. [http://www.cepen.org/2010/a-importancia-do-atlantico-sul], acessado em 19 de Dezembro de 2012.

MEIRELES Luísa, 2005, «“Savimbi foi um monstro, um Hitler africano”, diz João Cravinho», *Expresso* (Lisboa), 5 de Novembro de 2005. [http://www.angonoticias.com/Artigos/item/7004], acessado em 30 de Maio de 2011.

MINFIN — MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 2007, *A linha de crédito da China*. [http://www.minfin.gv.ao/docs/dspComunicaChina2007.htm], acessado em 20 de Outubro de 2013.

OCDE — ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, 2012, *Perspectivas económicas em África, 2012. Países da CPLP*. s.l., African Development Bank Group. [http://www.gfn-acdd.com/angola/docs-angola/perspectivas-economicas-em-afrika-pt], acessado em 13 de Outubro de 2013.

COLLIER, Paul, 2006, *Angola: Options for prosperity*. Oxford, Oxford University. [http://users.ox.ac.uk/~econpco/research/pdfs/Angola-optionsforProsperity.pdf], acessado em 15 de Dezembro de 2011.

PNUD — PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014, *Relatório do Desenvolvimento Humano*. [http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais#2014]. [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx].

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2015, *Os objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015. 189 Estados Membros das NU*. [<http://www.un.org/millenniumgoals>], acessado em 21 de Dezembro de 2011.

NOTAS

1. Isto é, Southern Africa Development Community/Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).
2. «SWOT» medida utilizada para fazer um planeamento estratégico, em que são avaliadas as forças (*Strenghts*), fraquezas (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) do objecto em análise
3. *Hard power*, conceito utilizado nas relações internacionais pelos realistas e significa «*poder duro*»; *soft power*, é o oposto, «*poder suave*».
4. O raciocínio vai do geral para o particular.
5. O raciocínio segue a ordem inversa, do particular ao geral.
6. Council for the Development of Social Science Research in Africa/Conselho para o Desenvolvimento da Investigação das Ciências Sociais em África (CODESRIA), com sede em Dakar, República do Senegal.
7. País independente desde 1910, a República da África do Sul permaneceu sob o domínio do *apartheid* até ao ano de 1994 em que a maioria negra ascendeu ao poder político através de eleições livres e justas.
8. A Linha da Frente pode ser considerada como a primeira forma de coordenação e integração regional formalmente reconhecida pelos Países da África Austral e visava a mobilização e cooperação de esforços para fortalecer os Movimentos de Libertação Nacional que lutavam contra a opressão colonial na região. Do ponto de vista histórico regista-se o facto de em 15 de Fevereiro de 1965, os presidentes da Tanzânia (Julius Nyerere) e da Zâmbia (Kenneth Kaunda) se terem reunido em Lusaka, a capital da Zâmbia, para analisar a situação política prevalecente na Rodésia do Sul, contra o plano da minoria branca de proclamar unilateralmente a independência do território. A reunião de Lusaka marca assim o nascimento e o início da actividade da linha da frente. No entanto, só em 1969 foi utilizada pela primeira vez a expressão PLF. Posteriormente, em Abril de 1977, os presidentes Agostinho Neto, de Angola, Samora Machel, de Moçambique, Seretse Khama, do Botswana, Julius Nyerere, da Tanzânia e Kenneth Kaunda, da Zâmbia, reunidos em Lusaka, intensificaram esforços e criaram um novo dinamismo para a Linha da Frente, no sentido de rapidamente conseguir-se resultados na luta que visava o derrube do colonialismo e do *apartheid* na região da África Austral [Nota do Editor].
9. Southern African Development Co-ordination Conference / Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral. A SADCC foi criada em 1980 em Lusaka (República da Zâmbia) por nove dos estados membros (Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Malawi, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe), com o objectivo de tornar a região forte economicamente e livre da dependência económica que alguns países tinham da África do Sul [Nota do Editor].
10. Foi na Cimeira de Windhoek (República da Namíbia), que no dia 17 de Agosto de 1992 dos chefes de Estado e de Governo da região, já livre do último bastião do colonialismo, que a Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral (SADCC) foi transformada em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), com o objectivo fundamental de promover a paz, reduzir a pobreza, melhorar o nível de vida da região e incentivar o fomento da cooperação nas estratégias económicas [Nota do Editor].
11. Isto é, African Growth and Opportunity Act/Crescimento e Oportunidade de África.
12. The Export-Import Bank of China (EximBank).

13. A Zona de Comércio Livre (ZCL), foi lançada em Agosto de 2007, em Johannesburg (República da África do Sul), durante a 28.^a Cimeira da SADC e teve a adesão da África do Sul, Botswana, Lesotho, Malawi, Madagascar, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Além de Angola, ficaram de fora a República Democrática do Congo e as Ilhas Seychelles. Angola tem-se mantido de fora da ZCL porque as suas autoridades entendem que o país, saído de uma atroz e longa guerra, que destruiu a maioria das suas infraestruturas agrícolas e industriais, necessita de criar uma nova indústria e capacidade interna para poder fazer frente aos outros países que já estão na zona e que nunca tiveram os mesmos problemas por que Angola passou durante aproximadamente trinta anos [Nota do Editor].

14. Comunidade Económica dos Estados da África Central.

15. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

16. Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Economic Community of West African States (ECOWAS).

17. Uma adaptação da análise «SWOT». Cf. *supra*, nota 2.

18. Informação do PNUD, numa lista compilada com dados de 2012 e divulgada em 14 de Março de 2013.

RESUMOS

No início dos anos 1990, a indústria petrolífera angolana entrou numa fase de expansão, aplicando tecnologias de ponta para produção em águas profundas. Aos avanços tecnológicos, juntaram-se condições sociais e políticas favoráveis, no seu conjunto, ao Estado Angolano, que também passou a ser o segundo parceiro dos Estados Unidos da América (EUA) na África subsahariana. A nova dinâmica da indústria petrolífera contribuiu para um aumento do fluxo de capitais, do investimento estrangeiro e da reabilitação e construção de infra-estruturas, suscitando a inclusão de Angola no grupo de países de maior crescimento, entre 2002 e 2008, a nível mundial. Com base em cenários geopolíticos, diferentes quadrantes argumentam que Angola é uma potência regional emergente. Este trabalho centra-se na análise de elementos internos e externos, os *factores estratégicos*, do Estado angolano que permitem avaliar se Angola é ou não uma potência regional emergente. É estudo prospectivo.

Since the 1990s the Angolan oil industry begins a new expansion stage by the use of advanced subsea technologies. Besides the use of advanced technologies, political and social conditions are favorable, on the whole, to the Angolan state that becomes the USA's second major partner in sub-Saharan Africa. The new impetus upon the oil industry have paved the way to the increase in the capital flux, foreign investment, and infrastructure building, raising the ranking of Angola in the group of countries with the highest growth between 2002 and 2008. Based on geopolitical scenarios, different quarters claim that Angola is a regional emergent power. This work is focused in the analyses of the internal and external elements hence we consider *strategic factors* that allow to measure if Angola is or not a regional emerging country.

ÍNDICE

Keywords: Southern Africa, Angola, strategic factors, natural resources, power, geopolitics, strategy, international relations and regional emerging power

Palavras-chave: África Austral, Angola, factores estratégicos, recursos naturais, poder, geopolítica, estratégia, relações internacionais, potência regional

AUTOR

AIDA PEGADO

aidauan@gmail.com

Docente das cadeiras de Cooperação Internacional e História política de Angola contemporânea no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN).

Doutorada em Estudos Africanos, na área de Política e Relações Internacionais numa perspectiva interdisciplinar, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), tendo defendido a tese em 2014 com o trabalho Angola como potência regional emergente. Análise dos factores estratégicos. É Mestre em African Studies pela School of Oriental and African Studies (SOAS), London University e Fulbright em US Foreign Policy pela University of South Carolina, Estados Unidos da América (USA). É Assistente da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN), onde lecciona as cadeiras de História Política de Angola Contemporânea e Cooperação Internacional. Alguns dos trabalhos científicos produzidos têm os seguintes títulos: A comparison of the democratization process in Ghana and Angola, Londres, School of Oriental and African Studies (SOAS), London University, 1991; Ideologia e desenvolvimento económico em Angola, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade Técnica de Lisboa (2000); A classe política angolana, do nacionalismo à democracia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade Técnica de Lisboa, 2002; O redimensionamento do Ensino Superior em Angola, no âmbito do projecto de investigação «O Ensino superior e os PALOP», patrocinado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE- IUL), 2010; The social benefits from the oil companies: The Angola case study. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE- IUL/ECAS), 2013.